${ m IV.3.5}$) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação	Execução, seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades indicadas pela entidade adjudicante \qed
ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro	II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante Centro de Emprego de Basto — novas instalações.
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta 0 6 0 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas IV.3.7) Condições de abertura das propostas	II.1.6) Descrição/objecto do concurso A obra consiste na reabilitação do edifício existente e construção nova (ampliação).
IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas Qualquer interessado, apenas podendo intervir os concorrentes e seus representantes devidamente habilitados. IV.3.7.2) Data, hora e local No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas Hora: 10 horas. Local: instalações do Estabelecimento Prisional da Carregueira.	 II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços Largo da Estação dos Caminho de Ferro de Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto. Código NUTS
SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO? NÃO 🖾 SIM 🗆	II.1.9) Divisão em lotes NÃO ⊠ SIM □ Indicar se se podem apresentar propostas para:
VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS? NÃO SIM Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil	um lote
* Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no <i>Jornal Oficial da União Europeia</i> n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu. ** Cfr. descrito no Regulamento 3696/93, publicado no <i>Jornal Oficial das Comunidades Europeias</i> n.º L342, de 31 de Dezembro, alterado pelo Regulamento 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho, publicado no <i>Jornal Oficial das Comunidades Europeias</i> n.º L177, de 22 de Junho. 19 de Junho de 2007, — A Directora, <i>Isabel Flores</i> .	II.2.1) Quantidade ou extensão total Com extensão cerca de 763 m². II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO
	Prazo em dias 3 0 0 a partir da data da consignação <i>(para obras)</i> SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO
2611024885	III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO
MINISTÉRIO DO TRABALHO	III.1.1) Cauções e garantias exigidas O concorrente a quem for adjudicada a empreitada prestará caução no valor de 5%

MINISTERIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras

Fornecimentos
Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	À atenção de Gabinete de Instalações
Endereço Rua de Xabregas, 32	Código postal 1949-003
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal
Telefone 218614100	Fax 218614616
Correio electrónico gin@iefp.pt	Endereço Internet (URL)

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI-DOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1

Se distinto, ver anexo A

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras

Execução 🗵 Concepção e execução 🗆

O concorrente a quem for adjudicada a empreitada prestará caução no valor de 5% do preço total da adjudicação.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Esta empreitada é por preço global.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços ${\sf v}$

São admissíveis quaisquer formas de associação designadamente agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico e consórcios. Tratando-se de consórcios, este só pode revestir a modalidade de consórcio externo.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Só serão admitidos:

- a) Concorrentes possuidores do alvará de construção, emitido pelo IMOPPI, contendo as seguintes autorizações:
- i) 1.ª categoria Edificios de construção tradicional, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;
- ii) Outras autorizações: 1.a, 7.a, 8.a, 9.a e 10.a subcategorias da 4.a categoria;
- b) Concorrentes nacionais de outros Estados membros da União Europeia que, não sendo detentores de alvará de construção, apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido pelo respectivo Estado, nos termos do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
- c) Concorrentes do espaço económico europeu e os referidos na alínea d) do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, não detentores de alvará de construção ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem o certificado a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
- d) Os concorrentes que não se encontrem em nenhuma das situações descritas no n.º 1 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
- e) Os concorrentes devem satisfazer, com base no quadro de referência constante na Portaria n.º 1547/2002, de 24 de Dezembro, os seguintes valores:
- i) Liquidez geral > 104,26;
- ii) Autonomia financeira > 9,72;
- f) Os concorrentes que apresentem no seu curriculum:
- i) Comprovação da execução de, pelo menos, uma obra de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 443 310 euros;
- ii) Adequação do equipamento e da ferramenta especial a utilizar na obra, seja próprio, alugado ou sob outra forma, às exigências técnicas;
- iii) Adequação dos técnicos e dos serviços técnicos, estejam ou não integrados na empresa. a afectar à obra.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Os indicados nas alíneas a) a f) do n.º 1 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

IRC (anexo A — balanço e demonstração de resultados) dos últimos três anos e os documentos indicados nas alíneas de g) a j) do n.º 1 do artigo 67.º do Decreto--Lei n.º 59/99, de 2 de Março.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

Os documentos indicados nas alíneas l) a q) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 59/ 99, de 2 de Março.

SECÇAC IV: PROCESSOS
IV.1) TIPO DE PROCESSO
Concurso público
IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados
1 Preço: 60%; 2 Valia técnica da proposta: 40%.
Por ordem decrescente de importância NÃO \square SIM \boxtimes
IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO
IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante Concurso público II.003.05.
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais Data limite de obtenção $23/07/2007$.
Custo: 200 euros mais IVA. Moeda: euro.
Condições e forma de pagamento: O pagamento deve ser efectuado por cheque emitido à ordem do Instituto do Emprego e Formação Profissional.
IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação $0\ 6\ /\ 0\ 8\ /\ 2\ 0\ 0\ 7$
Hora: 17 horas.
IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta
$oxed{0} oxed{6} oxed{6} oxed{6}$ dias a contar da data fixada para a recepção das propostas
IV.3.7) Condições de abertura das propostas
IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas Podem assistir ao acto público do concurso todas as pessoas interessadas e inter- vir as devidamente credenciadas.
IV.3.7.2) Data, hora e local Data 0 7 / 0 8 / 2 0 0 7
Hora: 10 horas. Local: Rua de Xabregas, 52, Lisboa.
SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS
VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO? NÃO ⊠ SIM □
VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES
Preço base do concurso: 738 850 euros.
Para a determinação da valia técnica das propostas serão considerados os seguintes subfactores [ponto IV.2) Critérios de adjudicação]:

Processos construtivos propostos - 10%;

Meios humanos afectos à obra — 10%;

Equipamentos afectos à obra — 10%.

Faseamento da execução - 10%;

1.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PE-DIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Organismo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.	À atenção de Secretaria-Geral
Endereço	Código postal
Rua de Xabregas, 52, rés-do-chão	1949-003
Localidade/Cidade	País
Lisboa	Portugal
Telefone	Fax
218614100	218614616
Correio electrónico gin@iefp.pt	Endereço Internet (URL)

20 de Junho de 2007. — A Directora do Gabinete de Instalações,

2611025117

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Hospital Distrital de Faro

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

gnação oficial

ital Distrital de Faro.

reço postal:

de Leão Penedo

lidade:

go postal:

-386.

os de contacto:

iço de Aprovisionamento eta de Azedo Gneco, 17, 2.º, C, 800-386 Faro.

encão de:

Morais Cardoso.

fone: 001955.

01962/49.

eio electrónico:

loso@hdfaro.min-saude.pt

informações podem ser obtidas no seguinte endereço:

«pontos de contacto».

erno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para ogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser los no seguinte endereço:

«pontos de contacto»

ropostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte reco:

«pontos de contacto».

TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDA-

anismo de direito público.

tidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudi-

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

DESCRIÇÃO

1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

sição de serviços médicos especializados de ortopedia.

2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornentos ou da prestação de serviços:

ervicos:

goria de serviços n.º 25.

ipal local de execução, de entrega ou da prestação dos serviços:

oital Distrital de Faro.

go NUTS: PT150. B) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Aquisição de serviços médicos especializados de ortopedia.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): Objecto principal.

Vocabulário principal: 85121200.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO PARA A SUA EXECUÇÃO Período em meses: 11 (a contar da data de adjudicação).

SECÇÃO III: INFORMAÇÃO DE CARÁCTER JURÍDICO. ECONÓMICO. FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

Conforme caderno de encargos.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

Conforme caderno de encargos.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Conforme caderno de encargos